

# COLÓQUIO Letras

**EDUARDO LOURENÇO, 85 ANOS**  
*Congresso Internacional*

Fundação Calouste Gulbenkian | 6 e 7 de Outubro de 2008

número **170** Janeiro/Abril 2009

## COLÓQUIO Letras

REVISTA QUADRIMESTRAL

EDIÇÃO E PROPRIEDADE



FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

DIRECTOR INTERINO

Nuno Júdice

APOIO EDITORIAL

Maria Filipe Ramos Rosa

Número avulso

13 €

Assinatura anual (3 números)

36 € – Portugal

40 € – Especial\*

55 € – União Europeia

65 € – Resto do Mundo

Os preços para Portugal incluem o IVA.

\* Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste

DIRECÇÃO, REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Fundação Calouste Gulbenkian

Avenida de Berna, 45 – 1067-001 LISBOA

Telef.: 21 782 35 67 – Fax 21 782 30 48

ASSINATURAS

Sector de Vendas – Fundação Calouste Gulbenkian

Avenida de Berna, 45 – 1067-001 LISBOA

Telef.: 21 782 32 33 – Fax 21 782 36 14

E-mail: vendas@gulbenkian.pt

DESIGN TVM Designers

PRÉ-IMPRESSÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO Textype

DEPÓSITO LEGAL 44718/91

ISSN 0010-1451

# O fim da exceção atlântica e a descolonização da Europa<sup>1</sup>

MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO

DESDE A SUA FUNDAÇÃO Portugal foi visto e viu-se como aquilo que Eduardo Lourenço tem vindo a definir na sua obra pela expressão «insólita exceção portuguesa» (Lourenço, 1999a: 11). Uma exceção tornada historicamente norma, construída primeiro em relação ao próprio corpo físico e político da Ibéria, e que levou à independência do reino de Portugal, na excepcional, e narrativamente mediada pelo milagre, batalha de Ourique e posteriormente reafirmada na não menos milagrosa batalha de Aljubarrota; esta espécie de vocação para a excepcionalidade estava inscrita na própria geografia do país, desde cedo apontada por Zurara na primeira crónica da expansão, a *Crónica da Tomada de Ceuta* — «ca de uma parte nos cerca o mar e da outra temos muro no reino de Castela» (Zurara, 1992: 52). A ideia de cerco, veiculada pela expressão de Zurara, é expandida por Camões, quando, em *Os Lusíadas*, elevou o que era *a priori* uma condição geográfica bloqueadora à condição de identidade de uma pátria em expansão, descrevendo o «Reino Lusitano» como uma terra «Onde a terra se acaba e o mar começa» (1992, III, 20: 64)<sup>2</sup>, e os portugueses como o povo eleito do Ocidente para empreender a viagem marítima, em busca de uma «outra terra [que] comece» e onde o «mar acabe» (Camões, 1992: V, 14: 126), ou seja, das terras que em breve veríamos como nossas, dando origem ao império.

No movimento imprimido pela viagem narrada no poema, que liga a origem dos navegantes — o Ocidente — ao mundo para estes desconhecido — o Oriente —, está a génese da elaboração de um discurso identitário fundador, como fica patente na primeira identificação global dos portugueses (Lourenço, 1994: 90) dada pelos marinheiros:

*Os Portugueses somos do Ocidente,  
Imos buscando as terras do Oriente.*  
(1992, I, 50: 13)

A este aspecto junta-se um outro elemento fundador da condição moderna de Portugal: o seu papel pioneiro de mediador dos mundos, que eleva a condição de fronteira de Portugal, descrita por Zurara, a um elemento de comunicação e de domínio entre os mundos. Esta imagem duplamente central configura Portugal face à Europa como o descobridor dos novos mundos, que através de si perante ela ganham existência; e a de Portugal face aos variados Outros, como representante da Europa. O movimento oceânico deste duplo olhar em busca da universalidade — olhando para a Europa e para o Atlântico — consagra Portugal como o centro da expressão de todo o ideário do Renascimento e desde então a posição histórica que Portugal assume perante a Europa ocidental e cristã baseia-se no seu pioneiro império atlântico, ou seja, baseia-se no momento histórico do país que deu início ao movimento oceânico com que a Europa durante séculos escreveu a sua história como se fosse a história universal. Os europeus iniciaram assim o seu movimento planetário, rumo a algo do qual regressavam, reactualizando e reescrevendo modernamente a metáfora do regresso, sobre a qual se construiu o imaginário da narrativa histórica europeia desde Ulisses. Nesta linha europeia moderna, Portugal escreveu a vanguarda das partidas europeias. Mas rapidamente Portugal deixou de ser contemporâneo desse presente permanentemente impregnado de futuro, como aliás já estava bem presente na epopeia camoniana, o que explica que o poeta, que iniciou a sua epopeia clamando para que a Musa antiga não mais cantasse porque «outro valor mais alto se levanta», o terminasse melancolicamente, apelando para que se pusesse «na cobiça freio / E na ambição também» (1992: IX), esclarecendo assim os contornos da «apagada e vil tristeza» em que encontrava a sua pátria mergulhada. O sentido de mortalidade com que, nas palavras de Helder Macedo (1998: 127), Camões termina o seu poema, e que levou Eduardo Lourenço a interrogar-se sobre uma epopeia «assim tão triste», mostra a subtil ambiguidade discursiva que corporiza *Os Lusíadas*, o que torna o poema a mais representativa imagem do próprio reino lusitano: um reino e um poema desenhado entre a celebração da nação centro do mundo na história do Ocidente e os riscos que rapidamente a farão deixar de o ser. Por isso, *Os Lusíadas* simbolizam a gloriosa voz que anuncia a fusão entre a imagem nacional e a imagem imperial, dando lugar a um discurso fundador de uma nação, sendo contudo, e ao mesmo tempo, a primeira voz de um escritor regenerador da pátria<sup>3</sup>. Criou-se assim o regime de «excepção», agora a «excepção atlântica», nas palavras de Roberto Vecchi<sup>4</sup>, apoiada nessa época da expansão. Este passado glorioso tornou-se como o único passado que justificava todos os presentes também eles vividos como excepcionais — do conturbado e complexo século XIX à Guerra Colonial, passando pela República, pelo Estado Novo, na sua dupla versão imperialista e mística dos anos 30-40 ao Estado Novo lusotropical, dos anos 50-60, e pelo próprio 25 de Abril. Mas era

um passado mitificado, um passado comemorado em presentes em que já não éramos nem marinheiros, nem descobridores, nem senhores «da Conquista, da Navegação, do Comércio, da Etiópia, da Arábia, Pérsia e Índia», como se assinalava na titulação régia de D. Manuel. Enfim, presentes em que ao mesmo tempo que parecíamos à beira de escrever o epitáfio do nosso império, o salvávamos de forma frequentemente interpretável como excepcional, à beira do milagre. Mas infelizmente o inglorio epitáfio do império português não se ficou pelo discurso pseudobalsâmico do império que foi o luso-tropicalismo, que aliás ainda hoje alimenta o discurso político e o imaginário português<sup>5</sup>. O epitáfio do império português foi escrito por um discurso de guerra, inerente à intolerância ideológica do regime que a sustentava<sup>6</sup>, como bem demonstra a literatura escrita na senda da Guerra Colonial, uma guerra nunca politicamente assumida ao longo de treze anos, mas que paradoxalmente foi minando por dentro aquilo que se definiu como a opção ultramarina, acabando por conduzir à Revolução de 25 de Abril de 1974 e, com ela, ao fim do regime do Estado Novo e da Guerra Colonial.

Assim, após o 25 de Abril, que representou não só o fim da guerra, mas toda a libertação acontecida, a experiência da guerra foi rapidamente convertida numa linha narrativa que, realizando inicialmente uma função essencialmente individual e terapêutica, se foi transformando numa fragmentária reescrita dos últimos dias coloniais de Portugal, rompendo o «vazio historiográfico» (Vecchi, 2001: 394) e o silenciamento social e político sobre o acontecimento, conforme aparece claramente expresso em *Os Cus de Judas*, de Lobo Antunes, publicado em 1979, e sem dúvida o primeiro livro de grande impacto editorial sobre a vivência e o regresso da Guerra Colonial. A certa altura, o protagonista interroga a sua suposta interlocutora sobre esta falha da memória colectiva pós-25 de Abril:

«Porque camandro é que não se fala nisto? Começo a pensar que o milhão e quinhentos mil homens que passaram por África não existiram nunca e lhe estou contando uma espécie de romance de mau gosto impossível de acreditar [...]. Tudo é real menos a guerra que não existiu nunca: jamais houve colónias, nem fascismo, nem Salazar, nem Tarrafal, nem PIDE, nem revolução, jamais houve, compreende, nada, os calendários deste país imobilizaram-se há tanto tempo que nos esquecemos deles...» (1991: 81 e 240)

Assim, à ocultação da guerra feita pelo antigo regime, projectando um retrato de nada estar a acontecer — «Guerra Colonial? Os territórios ultramarinos estão em paz», dizia Marcello Caetano em 1972 —, seguia-se a ocultação da guerra como se fosse possível fazê-la desacontecer, como se tudo tivesse sido um engano, ou, como aliás veio a dizer o próprio «inimigo»,

Samora Machel, um equívoco, uma história de mal-entendidos. Mas a guerra vinha a bordo dos navios que regressavam ao cais, vinha inscrita nos corpos e nos espíritos que protagonizaram o último regresso europeu ao cais e com ele protagonizaram o fim real da excepção atlântica. Por isso, o 25 de Abril não foi a libertação singularmente pacífica que todos rapidamente quiseram ler no encantamento da nossa jovem democracia. O 25 de Abril estava, desde o seu primeiro movimento, manchado pelo sangue derramado lá longe em África, como os barcos que durante anos cumpriram estas rotas entre Portugal e uma África em guerra de libertação.

Nesta literatura, que documenta o fim da metáfora europeia do regresso e, no caso português, o fim da excepção atlântica, não estamos já em presença das descrições organicistas de homens-espelho de uma pátria-cadáver, na forma como nos aparece em Oliveira Martins ou na prosa de Eça, ao descrever a raça doente do Portugal esvaziado entre a perda do Brasil, a incerteza da Europa e o projecto africano, mas perante os rostos de fantasmas de fim, expressos na englobante imagem do suicídio, físico ou espiritual, como imagem de desidentificação pessoal que se transforma numa potente metáfora de um país que deixa de ser, deixando as personagens num trânsito temporal e espacial — entre África e Portugal — que, por sua vez, reflecte o trânsito da própria identidade portuguesa pós-colonial, em negociação entre os restos do império e a estrada europeia que se ia abrindo.

Nesta linha, a entrada de Portugal para a Europa comunitária, nos anos 80, ainda que num primeiro momento possa ser vista como um *volte-face* necessário para rapidamente nos aliviar de traumas imperiais e neutralizar vagos e complexos sonhos de reencontro de uma geografia afectiva e cultural portuguesa dada pela imagem do antigo império, foi também a maneira politicamente conseguida de rapidamente passarmos a um tempo pós-colonial, integrando-nos de imediato na família das antigas metrópoles coloniais, agora nações pós-coloniais. Mas nesta época não éramos apenas nós que íamos para a Europa; a Europa também viria até nós (Lourenço, 2001: 105)<sup>7</sup> — «A Europa connosco», no conhecido *slogan* da época — e, ao inverter o sentido da busca há séculos feita da periferia para o centro, dava-nos a confortável oportunidade de nos vermos como uma nação europeia. E foi neste ambiente favorável à imaginação que apresentámos e integrámos na Europa o nosso olhar e a nossa história, há muito vivida como singular, travando com ela o diálogo que desde 1949 Eduardo Lourenço nos anunciava em a «Europa ou o Diálogo Que Nos Falta», prevendo o fim do império e a abertura do caminho europeu.

No entanto, a nossa entrada nessa Europa pós-colonial — essa Europa que sabe que o tempo europeu não é mais sinónimo de tempo universal, ainda que o designe por pós-colonial na esperança ambígua de nesta fórmula reerguer uma ordem temporal que foi intrinsecamente europeia, transformando-a num

tempo múltiplo no coração da Europa — só se deu verdadeiramente a partir da década de 90 e processa-se a dois tempos, mas de expressão simultânea.

Num primeiro tempo configurado no rasto da excepção atlântica e que se manifesta ora na nossa posição junto dos países de língua portuguesa através da lusofonia, onde como lucidamente sugeriu Eduardo Lourenço, redesenhamos o «nosso mapa cor-de-rosa» onde todos os impérios reais e de sonho «podem ser inscritos, invisíveis e até ridículos para quem nos vê de fora, mas brilhando para nós» (1999b: 177)<sup>8</sup> sob o duplo rosto de fantasia e fantasma da nossa excepcionalidade; ora na afirmação da nossa relação distante e problemática com a Europa, como escreve, por exemplo, o poeta Manuel Alegre, quando apela a «outra distância», «outra lonjura», reafirmando assim a especificidade atlântica a partir da língua portuguesa, enquanto arquivo sonoro e afectivo das viagens, aventuras e do império que nos enformam e nos identificam:

*Sou de uma Europa de periferia  
na minha língua há o estilo manuelino  
cada verso é uma outra geografia  
aquí vai-se a Camões e é destino.*

*Velas veleiro vento. E o que se ouvia  
era sempre na fala o mar e o signo.  
Gramática de sal e maresia  
na minha língua há um marulhar contínuo.*

*Há nela o som do sul o tom da viagem.  
O azul. O fogo de Santelmo e a tromba  
de água. E também sol. E também sombra.*

*Verás na minha língua a outra margem.  
Os símbolos os ritmos os sinais.  
E Europa que não mais Mestre não mais.  
(Alegre, 1999: 665)*

Ou ainda, como na mesma linha se sugere, nos programas escolares criados em resposta à solicitação europeia de nos tornarmos «europeicamente» mais interculturais. No rasto da excepção atlântica, revelamos nestes preâmbulos legislativos que nós, portugueses, sempre tínhamos sido o que hoje se designa por intercultural, e que é nessa diferença histórica que reside o nosso singular contributo para a construção de uma Europa atenta à diferença: «A cultura portuguesa, marcada por um universalismo pro-

curado e consciente e pelos múltiplos encontros civilizacionais que, ao longo dos séculos, têm permitido o acolhimento do diverso, a compreensão do outro diferente, o universal abraço do particular, é uma cultura aberta e mestiçada, enriquecida pela deambulação de um povo empenhado na procura além-fronteiras da sua dimensão integral. [...] Cumprida uma fascinante peregrinação de séculos, Portugal retorna ao seio do continente europeu e integra-se no seu espaço cultural de origem, contribuindo, com a mundividência que o caracteriza, para a efectiva construção de uma Europa aberta, solidária e ecuménica.» (Despacho Normativo n.º 63/91, Ministério da Educação, criação do Programa Entreculturas.)

Num segundo tempo — e aí escrevendo um outro tempo esse verdadeiramente pós-colonial português e europeu — que se materializa através de narrativas que protagonizam a inversão da metáfora do regresso europeu, pelo retorno a África. Vulgarmente lidas na sua superficialidade memorialística, testemunhal ou nostálgica, estas narrativas muito diversas — desde os pioneiros *Partes de África*, de Helder Macedo, *O Esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes ou *Os Dias do Fim*, de Ricardo Saavedra, passando pelos mais recentes *Fala-me de África*, de Carlos Vale Ferraz, *Os Colonos*, de António Trabelo, *Paralelo 75 ou o Segredo de Um Coração Traído*, de Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira, *Equador*, de Miguel Sousa Tavares, *Deixei o Meu Coração em África*, de Manuel Arouca — registam regressos históricos a África: ora na busca de um paraíso perdido que não poderá lá estar porque nunca existiu a não ser na imaginação; ora na reescrita em português de uma África Minha que nunca tivemos; ora na revisitação essencial de uma parte constitutiva da nossa identidade que nos faz rever o inferno da condição humana em tempos de colonização. No seu conjunto, estes romances acusam sobretudo uma viragem essencial na tomada de consciência pós-colonial do espaço antigamente colonial como essencial e constitutivo da nossa identidade pessoal e colectiva de portugueses e europeus, constituindo assim representações fundamentais para entender a «fractura colonial»<sup>9</sup> sobre a qual vive a Europa actual. Por isso a viagem de retorno pós-colonial é feita no sentido inverso da descoberta e da colonização. Veicula essencialmente um reconhecimento de que grande parte da história da Europa se passou fora da Europa e demonstra que para perceber e construir o arquivo pós-colonial, tem de se contar a história da exclusão de muitos portugueses africanos que lutaram supostamente por Portugal, no tempo colonial, integrando as Forças Armadas Portuguesas, bem como a história de pertença de muitos sujeitos àquelas outras terras outrora parte do império. Até hoje ninguém como Lobo Antunes tratou o tema de forma tão veemente como em *O Esplendor de Portugal* de 1997, em que a questão essencial identitária do colonizador e do ex-colonizador é discutida, exactamente a partir da relação de pertença e posse dessa terra outrora colonizada,

mostrando assim que, e ao contrário do que a historiografia tem vindo a fazer, a descolonização não foi apenas um movimento a sul e que atingiu apenas os países descolonizados, mas também um movimento que atingiu radicalmente o continente colonizador que foi a Europa. Porque não fazer uma leitura do pós-Segunda Guerra Mundial na Europa como também um conjunto de reacções ao vazio da nova situação trazida pelas descolonizações? Como não interpretar a crise do Canal do Suez como o momento em que a Europa percebeu que o mundo colonial nos moldes por si concebidos e orquestrados tinha acabado? Porque não interpretar o início da formação da Comunidade Europeia como uma reacção de protecção dos países ex-colonizadores perante o vazio de poder que as descolonizações trouxeram aos seus países?

Só promovendo o acto de descolonização também da Europa poderemos perceber o que nos acontece hoje. E, como nos diz Eduardo Lourenço, o que nos acontece é radical: o nosso tempo não é mais universal; o nosso continente não é mais o centro do mundo; Europa já não é sinónimo de cultura (Lourenço, 2007: 4); quotidianamente os povos que Hegel um século e meio antes tinha inscrito como «fora da história» interpelam-nos, julgam-nos, contestam-nos, questionam a nossa história passada, recontando-a a múltiplas vozes e a partir de múltiplos lugares; numa palavra, quotidianamente devolvem-nos «a nossa particularidade de ocidentais» (Lourenço, 2001: 45) provincializando a Europa. E não é pelo facto de esta interpelação vir pela boca de tiranos ou senhores da guerra que ela perde legitimidade ou que o conteúdo da sua mensagem se esvazia. Cada vez mais nos deparamos nas livrarias, nas bibliotecas, nas conferências com títulos inversos aos nossos, com pensamentos outros, protagonizados por nomes aparentemente estranhos, porque pouco comuns no nosso curto imaginário europeu de pensadores e intelectuais. Esta aceitação de uma história diversa, narrada por outros sujeitos históricos de uma história comum mas de memórias tão diferentes, implica a aceitação de que hoje a cultura europeia está em julgamento, ou seja, implica uma narrativa da história aberta à diversidade epistemológica do mundo e conseqüentemente mais ampla na sua autocritica da pulsão imperialista, constitutiva da civilização ocidental, sendo a colonização parte deste movimento. Edward Said, na sua obra pioneira dos estudos pós-coloniais, interpela a história, não apenas na linha da luta de classes, mas como uma luta pela linguagem. O que estava em causa era o discurso que o Ocidente tinha elaborado sobre o Oriente e era essa dialéctica eminentemente negativa, constitutiva do Ocidente, que, na perspectiva do autor, era urgente descolonizar.

Descolonizar a Europa implicava portanto uma releitura do passado e da linguagem imperial e unívoca em que ele foi narrado para melhor compreender o presente e pensar o futuro num tempo de guerra de civilizações. Mas hoje, apesar das muitas descolonizações por fazer, a Europa caminha já e

inexoravelmente para uma nova fase da descolonização, que a fractura colonial vivida à escala global e no interior da Europa demanda: não se trata apenas de descolonizar a linguagem das grandes narrativas europeias, a que apelava Edward Said, mas é preciso descolonizar as pessoas, descolonizar o descolonizador e a sua imagem e descolonizar o descolonizado e a sua imagem<sup>10</sup>, como apela o jovem intelectual muçulmano britânico S. Sayyid (2006).

Vivemos hoje no coração da Europa sob o peso da herança colonial sentida sob a forma de uma fractura. A transferência de memória colonial (Stora, 1999) que fazemos diariamente na Europa actual perante as populações consideradas imigrantes, e sobretudo sobre aquelas que são etnicamente marcadas (tantas vezes oriundas dos antigos impérios), denuncia a urgência de descolonizar as pessoas. Só assim apresentaremos soluções pós-coloniais para problemas pós-coloniais (Sayyid, 2006).

E é a partir desta mudança, deste acto político, que se poderá construir um discurso europeu inclusivo que implicará na sua base uma reformulação identitária do ser europeu, e que seguramente não passará pela rasura da diferença europeia (Lourenço, 2001: 25), que muitos intelectuais europeus praticam no enebriamento de um multiculturalismo celebratório (Santos e Nunes, 2004), totalmente abstracto e portanto vazio de conteúdo e de actores, nem pela integração do outro como europeu, mas que passará provavelmente pela aceitação de que o paquistanês, o indiano ou o senegalês quer ser paquistanês, indiano ou senegalês na Europa, como aliás nós fomos, em situação de grande privilégio político e social, portugueses, franceses, ingleses em África, Ásia, no mundo. Não é fácil para o continente que subalternizou meio mundo, julgando que a ambição dos outros só poderia ser quererem ser como nós, constatar hoje no interior da Europa e expressa por europeus esta percepção. E por isso, o desafio que se coloca hoje à Europa tem a dimensão da radicalidade do que nos acontece. Talvez pela voz dos poetas o comecemos a fazer em Portugal, ao contar uma outra história do mar, que nos construiu como a primeira comunidade embarcada do Ocidente e onde por séculos reais e imaginários nos perdemos:

*Tenho uma ponta de  
Cigarro para fumar  
E para apagá-la  
Todo o mar:*<sup>11</sup>

#### NOTAS

- <sup>1</sup> Este texto resulta do estímulo lançado pela aula inaugural apresentada por Eduardo Lourenço «O Nosso Tempo e o Tempo dos Outros», na sessão do seu doutoramento *honoris causa* na Universidade de Bolonha, a 4 de Dezembro de 2007.
- <sup>2</sup> Cf. a ideia em Jorge Fernandes da Silveira, *Portugal Maio de Poesia 61*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 15-6.
- <sup>3</sup> V. o interessante estudo de Roland de Sousa *The Rediscoverers. Major Writers in the Portuguese Literature of National Regeneration*, The Pennsylvania State University Press, 1981.
- <sup>4</sup> Roberto Vecchi tem vindo a elaborar este conceito em vários artigos e conferências e definitivamente no seu recente livro *Excepção Atlântica. Pensar a Guerra Colonial*, Porto, Afrontamento, 2009.
- <sup>5</sup> V. Michel Cahen, «Des Caravelles pour le futur? Discours politique et idéologie dans l'«institutionnalisation» de la communauté des pays de langue portugaise», *Lusotopie*, 1997, pp. 391-433; Isabel Férrin Cunha, «Nós e os Outros nos Artigos de Opinião da Imprensa Portuguesa», *Lusotopie*, 1997, pp. 435-67; Jochen Oppenheimer, «Realités et Mythes de la Coopération Portugaise», *Lusotopie*, 1997, pp. 469-78; Fernando Henrique Cardoso e Mário Soares, *O Mundo em Português. Um Diálogo*, Lisboa, Gradiva, 1998.
- <sup>6</sup> Para um exemplo deste discurso v. João de Melo, *Autópsia de Um Mar de Ruínas*, Lisboa, Dom Quixote, 1992, pp. 177-8.
- <sup>7</sup> Eduardo Lourenço, *A Europa Desencantada. Para Uma Mitologia Europeia*, Lisboa, Gradiva, 2001, p. 105.
- <sup>8</sup> Eduardo Lourenço, *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999, p. 177.
- <sup>9</sup> Cf. por exemplo Pascal Blanchard, Nicolas Bancel e Sandrine Lemaire, *La Fracture coloniale. La société française au prisme de l'héritage colonial*, Paris, Éditions La Découverte, 2005; Benjamim Stora, *Le Transfert d'une mémoire. De l'«Algérie française» au racisme anti-arabe*, Paris, La Découverte, 1999; Abdellai Hajjat, *Immigration postcoloniale et mémoire*, Paris, L'Harmattan, 2006.
- <sup>10</sup> S. Sayyid e Hesse Barnor, «Narrating the Postcolonial Political and the Immigrant Imaginary», in N. Ali, V. S. Kalra e S. Sayyid (eds.), *A Postcolonial People. South Asians in Britain*, London, Hurst & Company, 2006, pp. 13-31.
- <sup>11</sup> Jorge Sousa Braga, «Sagres», *O Poeta Nu. Poesia Reunida*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2007, p. 77.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALEGRE, Manuel, *Obra Poética*, Lisboa, Dom Quixote, 1999.
- ANTUNES, António Lobo, *Os Cus de Judas*, Lisboa, Dom Quixote, 1991 (1.ª ed., 1979).
- , *O Esplendor de Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, 1997.
- BLANCHARD, Pascal; Nicolas Bancel; Sandrine Lemaire, *La Fracture coloniale. La société française au prisme de l'héritage colonial*, Paris, Éditions La Découverte, 2005.
- BRAGA, Jorge Sousa, «Sagres», *O Poeta Nu. Poesia Reunida*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2007, p. 77.
- CAHEN, Michel, «Des Caravelles pour le futur? Discours politique et idéologie dans l'«institutionnalisation» de la communauté des pays de langue portugaise», *Lusotopie*, 1997, pp. 391-433.

- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, leitura, pref. e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, apres. de Aníbal Pinto de Castro, Lisboa, Instituto Camões, 1992.
- CARDOSO, Fernando Henrique; Mário Soares, *O Mundo em Português. Um Diálogo*, Lisboa, Gradiva, 1998.
- CUNHA, Isabel Férin, «Nós e os Outros nos Artigos de Opinião da Imprensa Portuguesa», *Lusotopie*, 1997, pp. 435-67.
- Despacho Normativo n.º 63/91, de 13 de Março, Ministério da Educação: criação do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural (SCOPREM).
- HAIJAT, Abdellai, *Immigration Postcoloniale et Mémoire*, Paris, L'Harmattan, 2006.
- LOURENÇO, Eduardo, *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, INCM, 1994.
- , *Portugal como Destino. Dramaturgia Cultural Portuguesa*, Lisboa, Gradiva, 1999a.
- , *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999b.
- , *A Europa Desencantada. Para Uma Mitologia Europeia*, Lisboa, Gradiva, 2001.
- , «O Nosso Tempo e o Tempo dos Outros», *JL — Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, 16 Jan. 2008.
- MACEDO, Helder; Fernando Gil, *Viagens do Olhar. Retrospeção, Visão e Profecia no Renascimento Português*, Porto, Campo das Letras, 1998.
- MELO, João de, *Autópsia de Um Mar de Ruínas*, Lisboa, Dom Quixote, 1992.
- OPPENHEIMER, Jochen, «Realités et mythes de la coopération portugaise», *Lusotopie*, 1997, pp. 469-78.
- SAYYID, S., Hesse Barnor, «Narrating the Postcolonial Political and the Immigrant Imaginary», in N. Ali, V. S. Kalra e S. Sayyid (eds.), *A Postcolonial People. South Asians in Britain*, London, Hurst & Company, 2006, pp. 13-31.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; João Arriscado Nunes, «Introdução: para Ampliar o Cânone do Reconhecimento, da Diferença e da Igualdade», in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Reconhecer para Libertar. Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural*, Porto, Afrontamento, 2004.
- SILVEIRA, Jorge Fernandes da, *Portugal Maio de Poesia 61*, Lisboa, INCM, 1986.
- SOUSA, Ronald W., *The Rediscoverers. Major Writers in the Portuguese Literature of National Regeneration*, The Pennsylvania State University Press, 1981.
- STORA, Benjamim, *Le Transfert d'une mémoire. De l'«Algérie française» au racisme anti-arabe*. Paris, La Découverte, 1999.
- VECCHI, Roberto, «Experiência e Representação: Dois Paradigmas para Um Cânone Literário da Guerra Colonial», in Rui Azevedo Teixeira (org.), *A Guerra Colonial. Realidade e Ficção*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001, pp. 389-99.
- , *Excepção Atlântica. Pensar a Guerra Colonial*, Porto, Afrontamento, 2009.
- ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, introd. e notas de Reis Brasil, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992.